

TERÇA-FEIRA DA III SEMANA DA QUARESMA – 09.03.10

“*Senhor, quantas vezes devo perdoar se meu irmão pecar contra mim? Até sete vezes?*” (Mt 18,21) pergunta Pedro a Jesus. Será que ele quer que Jesus confirme a existência de um limite no exercício da caridade que se expressa no perdão? Considerando o valor simbólico do número sete, a pergunta de Pedro pode significar um perdão perfeito e, portanto, cessaria o dever de perdoar no caso em que a ofensa continuasse. Mas, Jesus, multiplicando o número sete, utiliza um outro significado simbólico do número indefinido; nenhum número definido torna perfeito o perdão. Portanto, a resposta de Jesus não se reduz a um cálculo matemático, como se devêssemos perdoar até 490 vezes. O Senhor nos indica que não há limites para o perdão, pois, não há limites para o amor. Quem ama perdoa. E só perdoa quem sabe amar. Assim, seremos o eco de Deus, fazendo aos outros o que ele faz por nós. Deus nos perdoa sempre, porque nos ama. Diz-nos a Primeira Carta de São João: “*Amemo-nos uns aos outros, porque o amor vem de Deus e todo aquele que ama nasceu de Deus e conhece Deus. Quem não ama, não chegou a conhecer Deus, pois Deus é amor*” (1 Jo 4,7).

O evangelho produz uma reviravolta em nossos conceitos limitados. Seria cômodo se pudéssemos saber os limites até quando e até onde se deve ir na prática das exigências da caridade. Mas, a resposta de Jesus não nos deixa parar e nos acomodar nas soluções fáceis: “*Não te digo até sete vezes, mas até setenta vezes sete*” (Mt 18, 22).

Esta parábola, própria de Mateus, é um dos textos mais severos dos evangelhos. Sublinha o dever do perdão, aduzindo um outro motivo: o perdão concedido pelo ser humano a outro ser humano é condição do perdão concedido por Deus. O rei apresentado na parábola é um déspota, e o servidor é um alto funcionário, que se apodera de dinheiro defraudado do erário. A cifra de dez mil talentos (conforme outras traduções da Bíblia) significa uma enorme fortuna. Para o pagamento de soma tão elevada se estabelece um procedimento muito comum naquela época: a venda do homem e de sua família como escravos, embora tal venda não cobrisse totalmente o enorme débito. Diante da promessa de pagar tudo, o rei não só aceita o propósito, mas, perdoa inteiramente a dívida. A generosidade do rei contrasta com o comportamento mesquinho do servidor que faz lançar na prisão um dos seus companheiros, por causa de um débito de apenas 100 denários, uma soma insignificante, “*até que pagasse o que devia*” (Mt 18, 30). (Um denário correspondia ao pagamento de uma diária de trabalho comum casual). O rei pune o servidor com a tortura porque não perdoou, assim como ele tinha sido perdoado.

O paralelo feito por Jesus ilustra um princípio que não deve ser perturbado com pormenores alegóricos na explicação da parábola. O comportamento do rei não nos deve levar a deduzir que é assim a atuação de Deus. O que deve chamar nossa atenção é a diferença entre a grande dívida do servidor sem piedade e o pequeno débito que lhe era devido por seu companheiro. O modelo apresentado por Jesus é o perdão que Deus nos concede e que não conhece limites; assim deve ser o perdão que nós damos aos outros. Se não perdoarmos, não seremos perdoados.

A parábola contada por Jesus é a mais bela exegese da quinta petição do Pai-Nosso: “*Perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido*” (Mt 6, 12). Diz-nos São João Crisóstomo ao comentar este trecho do evangelho: “*Esta parábola procura obter duas coisas: que reconheçamos e condenemos os nossos pecados, e que perdoemos os pecados dos outros. Aquele que reconhece os próprios pecados, estará mais disposto a perdoar o irmão. E não só a perdoar com a boca, mas como o coração. De outra forma, nós voltaremos a espada contra nós mesmos*” (Crisóstomo, *In Math.* 61,5).

Comentando o Pai-Nosso, João Cassiano, escritor do século IV, nos mostra que o perdão que damos é a medida da misericórdia que obteremos. Jesus não só nos apresentou um modelo de oração. Ele estabeleceu uma regra de vida que nos torna aceitos por ele; que arranca de nós as raízes da ira e da tristeza, e abre-nos um caminho que nos conduz a um juízo indulgente e misericordioso, e nos dá, de certo modo, a possibilidade de adoçar a sentença para nós, de forçar o perdão das nossas culpas diante da manifestação de nossa indulgência, pois declaramos: Perdoai-nos como nós perdoamos (cf. Cassiano, *Collationes*, 9. 22).

Em Cristo Jesus, acolhamos o perdão nesta Eucaristia que celebramos, pois *o sangue da nova e eterna aliança é derramado para o perdão dos pecados*. Perdoados, saibamos perdoar, assim nossa oração estará marcada com o selo da autenticidade quando imploramos ao Pai: “*Perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido*” (Mt 6, 12).

Homilia de Dom Geraldo Lyrio Rocha, Arcebispo de Mariana e Presidente da CNBB, por ocasião da reunião do Conselho Permanente da CNBB, em Brasília, aos 09 de março de 2010.